

Recorde de desigualdade na pandemia

Disparidade entre ricos e pobres é a maior em dez anos — e exige ação firme do governo e do Congresso

Uma pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV) traduz em números um fenômeno que já podia ser sentido de forma empírica nas principais cidades brasileiras durante a pandemia. Trabalhadores com mais educação e maior renda em geral se adaptaram ao trabalho remoto. No outro extremo, os menos preparados sofreram com o fechamento ou com a queda de faturamento de segmentos que absorvem grandes quantidades de mão de obra menos qualificada, em particular a empregada no trabalho informal.

Usando o conceito de renda efetiva do trabalho, que considera o dinheiro de fato recebido pela população, a pesquisa, coordenada pelo economista Marcelo Neri, demonstra que a distância entre ricos e pobres nunca foi tão grande desde que a medida começou a ser feita, em 2012. O índice de Gini, segundo o qual 1 equivale a uma sociedade totalmente desigual e 0 a uma sem nenhuma desigualdade, é a métrica adotada para estimar essa distância. No primeiro tri-

mestre de 2020, o Gini era 0,642. Passado um ano, pulou para 0,674. Numericamente, são centésimos. Em termos de desigualdade, é um salto enorme. A renda média per capita caiu 10,9% entre o primeiro trimestre de 2020 e o mesmo período de 2021. Para a metade mais pobre dos trabalhadores, a queda foi de 20,8%. Em outras palavras, todo mundo perdeu, mas quem ganha menos perdeu bem mais.

A pandemia acelerou uma tendência anterior à Covid-19. A disparidade entre a renda dos trabalhadores brasileiros registrou seu nível mais baixo no final de 2014. De lá para cá, as crises, recessões e o crescimento econômico sofrível aumentaram a quantidade de desalentados (aqueles que desistiram de procurar emprego), mantiveram a taxa de desemprego em níveis altos e fizeram o Gini subir constantemente.

Diante desse quadro, fica claro mais uma vez — para quem quiser ver — que o Brasil precisa agir. Para reduzir o mais rápido possível o número escandaloso de quase 15 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados, é urgente vacinar toda a po-

pulação, fazer campanhas sobre os cuidados que mesmo os vacinados devem ter e adotar quarentenas quando os índices de infecções e mortes aumentarem. Como mostra o exemplo britânico, novas cepas do coronavírus impõem a adoção de medidas restritivas mesmo quando boa parte da população está imunizada. Quanto mais rápido nos livrarmos do vírus, mais prontamente veremos os empregos voltarem.

Outra questão crucial é a modernização do Estado, por meio da reforma administrativa. O serviço público abriga a parcela da população mais privilegiada, que menos sofreu na pandemia. É uma verdadeira máquina de gerar desigualdade, em que as corporações se afeeram aos privilégios de modo canino.

Por fim, é preciso retomar o caminho virtuoso dos programas voltados para a melhoria da educação e para a inclusão produtiva dos jovens. É necessário acabar com as políticas sociais sabidamente ineficazes, como abonos salariais, para concentrar esforços na população realmente necessitada e naquilo que funciona.